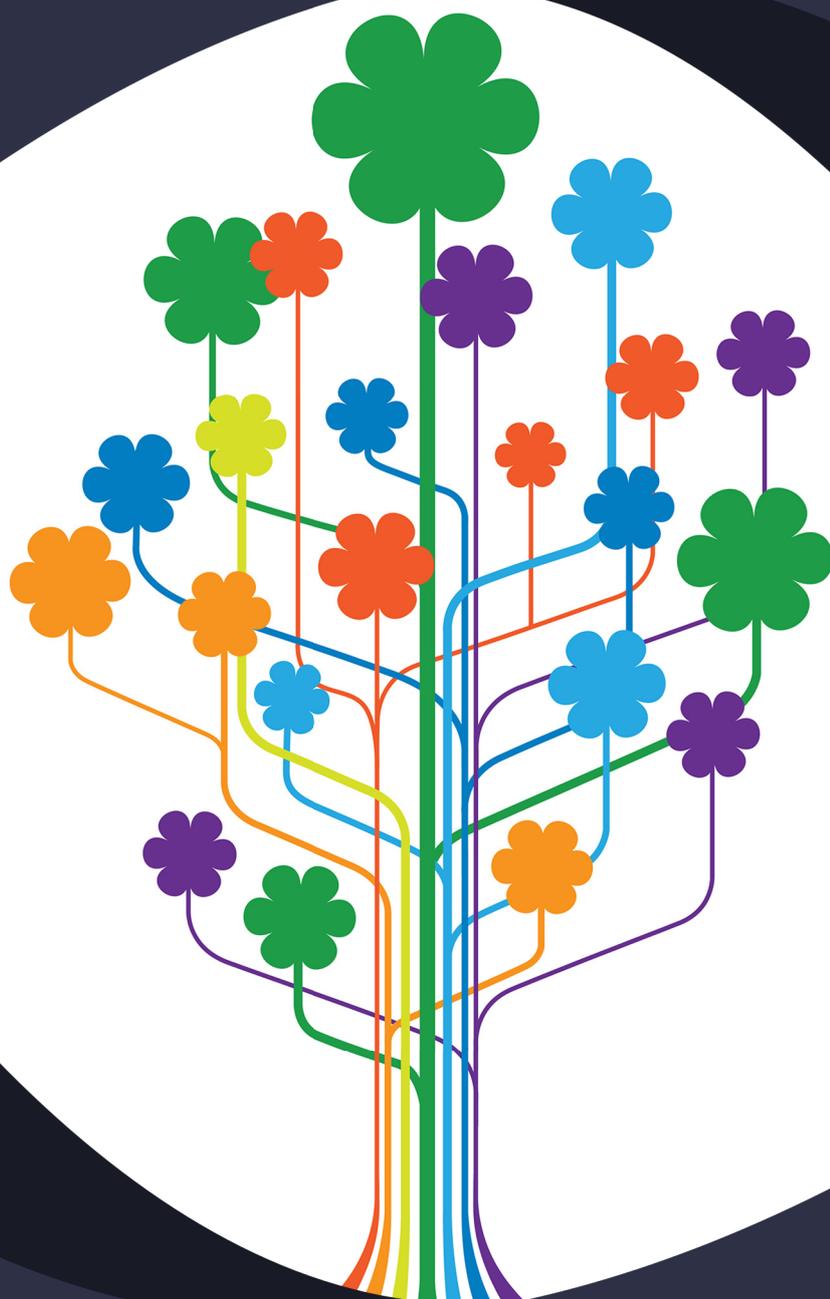


Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 2

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Políticas Públicas na Educação Brasileira:
Caminhos para a Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : caminhos para a inclusão 2 / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira. Caminhos para a Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-724-6 DOI 10.22533/at.ed.246191710 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Entender o que é a Educação Especial e como ela é fundamental para o desempenho dos alunos com necessidades especiais é decisivo para mudar os rumos da educação como um todo, visto que a Educação Especial é uma realidade nas mais diversas escolas.

Frente a esse desafio, colocado aos docentes que atuam em todos os níveis e à toda a comunidade escolar, o e-book intitulado “Políticas Públicas na Educação Brasileira: caminhos para a inclusão - 2” traz contribuições para leitores que se interessem por conhecer alternativas, experiências e relatos de quem se dedica ao estudo do tema.

Esta obra se organiza em 4 eixos: *inclusão e educação especial, educação especial e legislação, estudos culturais e inclusão social e o uso da tecnologia para educação especial.*

O primeiro eixo aborda estudos sobre os desafios e reflexões onde Educação Especial perpassa enquanto uma modalidade de ensino; e apresenta artigos que envolvem estudos sobre pessoas com surdez, superdotação ou altas habilidades e deficiência visual, além de artigos sobre o ensino na Educação Básica, Ensino Superior e gestão e inclusão.

No segundo eixo, os textos versam sobre a análise de alguns documentos oficiais acerca da Educação Especial e seus reflexos no cotidiano das escolas.

No terceiro, traz artigos que abordam temas sobre a educação e seu valor enquanto instrumento para a inclusão social; e por fim, aborda o uso das tecnologias na melhoria das estratégias de ensino na Educação Especial.

Certamente, a leitura e a análise desses trabalhos possibilitam o conhecimento de diferentes caminhos percorridos na Educação Especial, e favorecem a ideia de que é possível ter uma educação diferenciada e de qualidade para todos.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

I. INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Desafios e reflexões

CAPÍTULO 1 1

A CULTURA POPULAR COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL

Samantha Camacam de Moraes

Verônica Catharin

Lúcia Pereira Leite

DOI 10.22533/at.ed.2461917101

CAPÍTULO 2 14

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS AUTISTAS E SEUS PAIS: UM PANORAMA DA NECESSIDADE DA INCLUSÃO ESCOLAR

André Luiz Alvarenga de Souza

DOI 10.22533/at.ed.2461917102

CAPÍTULO 3 32

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA: DESAFIOS À PRÁTICA DOCENTE

Raimunda Fernandes da Silva Souza

Rozineide Iraci Pereira da Silva

Nair Alves dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.2461917103

CAPÍTULO 4 42

O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DE DIFERENTES FIGURAÇÕES ESCOLARES

Keli Simões Xavier Silva

Euluze Rodrigues da Costa Junior

DOI 10.22533/at.ed.2461917104

Surdez

CAPÍTULO 5 53

A EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Júlia Martins Bárbara Rodrigues

Cintia Resende Correa

DOI 10.22533/at.ed.2461917105

CAPÍTULO 6 61

BIBLIOTECA INCLUSIVA: MEDIAÇÃO COM O USUÁRIO SURDO

Bruna Isabelle Medeiros de Moraes

Laís Emanuely Albuquerque Dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2461917106

Superdotação/altas habilidades

CAPÍTULO 7 69

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR EDUCACIONAL FRENTE AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Elivelton Cardoso Viera
Camila Siqueira Cronemberger Freitas
Carolina Martins Moraes

DOI 10.22533/at.ed.2461917107

CAPÍTULO 8 80

ALTAS HABILIDADES: AS METODOLOGIAS NO ENSINO NAAHS

Maria Luzia dos Santos Moreira

DOI 10.22533/at.ed.2461917108

Deficiência Visual

CAPÍTULO 9 93

BIOLOGIA INCLUSIVA: DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Andressa Antônio de Oliveira
Karina Carvalho Mancini

DOI 10.22533/at.ed.2461917109

CAPÍTULO 10 100

O USO DO SOROBAN NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA A CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL

Raffaella de Menezes Lupetina
Marta Maria Donola Victorio
Margareth Oliveira Olegário

DOI 10.22533/at.ed.24619171010

CAPÍTULO 11 111

EM DIREÇÃO ÀS BIBLIOTECAS INCLUSIVAS NO SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: REFLEXÃO DOCUMENTAL SOBRE OS DIRECIONAMENTOS DO IFPE NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

Ada Verônica de Novaes Nunes
Ivanildo José de Melo Filho

DOI 10.22533/at.ed.24619171011

Educação Básica

CAPÍTULO 12 124

LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

André Henrique Furtado Torres
Eva Alves da Cruz
Victor Hugo de Oliveira Henrique

DOI 10.22533/at.ed.24619171012

CAPÍTULO 13 134

O TRABALHO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruna Rafaela de Batista
Ana Lídia Penteado Urban
Luci Pastor Manzoli

DOI 10.22533/at.ed.24619171013

CAPÍTULO 14 143

AS FACETAS DA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rozineide Iraci Pereira da Silva
Nair Alves dos Santos Silva
Maria Aparecida Dantas Bezerra
Ana Cláudia Xavier Da Silva
Diógenes José Gusmão Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.24619171014

CAPÍTULO 15 153

COMO AS SALAS REGULARES RECEBEM E POSSIBILITAM A PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SEU PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: UMA VISÃO DOCENTE

Larisse Lorrane Monteiro Moraes
Daniela de Jesus Rodrigues de Andrade
Priscila Lorena Souza Palhano
Sara Maria Silva de Miranda
Fernanda Pinheiro Castro
Bianca Sousa Geber
João Mailson da Silva Quaresma
Larissa Cesarina Mota Gomes

DOI 10.22533/at.ed.24619171015

CAPÍTULO 16 163

DESIGN E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BUSCA PELO APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO

Maria Carolina Frohlich Fillmann
Karen Mello Colpes
Elisa Bonotto do Couto

DOI 10.22533/at.ed.24619171016

CAPÍTULO 17 176

ENSINO DE INGLÊS PARA ALUNOS SURDOS: MATERIAIS DIDÁTICOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Monique Vanzo Spasiani

DOI 10.22533/at.ed.24619171017

CAPÍTULO 18 190

ENSINO PARA SURDOS E ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE A LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO E DE IDENTIDADE

Andréa dos Guimarães de Carvalho

Gilmar Garcia Marcelino

Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.24619171018

Ensino Superior

CAPÍTULO 19 200

OS DESAFIOS DAS IES NA ADESAO DOS PROFESSORES À INCLUSÃO ESCOLAR

Aline Gama Cunha Carvalho

Jaylla Fernanda Ferreira de Oliveira Raeli

Vanessa do Amaral Tinoco

DOI 10.22533/at.ed.24619171019

CAPÍTULO 20 205

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM MANUAL DIRECIONADO AOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS

Jane de Carlos Santana Capelli

Nuccia Nicole Theodoro De Cicco

Julia Barral Dodd Rumjanek

Vivian Mary Barral Dodd Rumjanek

DOI 10.22533/at.ed.24619171020

CAPÍTULO 21 220

DESAFIOS PARA A (RE) INCLUSÃO DISCENTE EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Karla Rona da Silva

Shirlei Moreira da Costa Faria

Jhonatan Gomes Vieira Frois

Sara Moura Martins

Elizabeth Cristina Pereira Morbeck

Sônia Maria Nunes Viana

DOI 10.22533/at.ed.24619171021

Gestão e Inclusão

CAPÍTULO 22	231
TRABALHO COLABORATIVO NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA A ARTICULAÇÃO DO GESTOR	
Elizete Varusa Seneda	
Eladio Sebastián-Heredero	
DOI 10.22533/at.ed.24619171022	
SOBRE A ORGANIZADORA	236
ÍNDICE REMISSIVO	237

O TRABALHO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruna Rafaela de Batista

Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara, São Paulo.

Ana Lídia Penteado Urban

Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara, São Paulo.

Luci Pastor Manzoli

Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara, São Paulo.

RESUMO: O presente relato de experiência tem como objetivo descrever as vivências de uma professora de Educação Especial que buscou propor o ensino colaborativo na educação básica na etapa de educação infantil. O ensino colaborativo trata-se de uma ação alternativa da Educação Especial, a qual o professor especialista pode apoiar a escolarização dos alunos Público Alvo da Educação Especial – PAEE, juntamente com o professor de ensino comum. A realização desta proposta ocorreu em uma escola municipal de uma cidade de pequeno porte do Estado de São Paulo. As informações apresentadas são provenientes de observações e anotações em diários de campo. Com essa experiência, pode-se observar que a efetivação do ensino colaborativo, assim

como apontado pela literatura, se faz de forma adaptativa, que dependerá do envolvimento dos profissionais de ensino, sendo possível também verificar os limites e as potencialidades do ambiente educativo frente uma sala inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Relato de Experiência; Educação Especial; Trabalho Colaborativo.

COLLABORATIVE WORK IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: The present experience report aims to describe the experiences of a Special Education teacher who sought to propose collaborative teaching in basic education in the stage of early childhood education. Collaborative teaching is an alternative action of Special Education, which the specialist teacher can support the schooling of students Special Education Target Public - PAEE, together with the common teaching teacher. The realization of this proposal occurred in a municipal school of a small city of the State of São Paulo. The information presented comes from observations and notes in field journals. With this experience, it can be observed that the effectiveness of collaborative teaching, as indicated by the literature, is done adaptively, which will depend on the involvement of teaching professionals,

and it is also possible to verify the limits and potentialities of the educational environment in front of a inclusive room.

KEYWORDS: Experience Report; Special education; Collaborative Work.

INTRODUÇÃO

O movimento pela educação inclusiva teve um grande impacto na discussão de políticas educacionais brasileiras, culminando na elaboração de diversos documentos oficiais que orientam acerca da inclusão escolar, dentre esses:

A LDB 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 60º do capítulo V, traz que o Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na rede pública regular de ensino. Estabelecendo também. No parágrafo 1º o oferecimento de serviços de apoio especializado, para atender às peculiaridades dos alunos da educação especial. (BRASIL, 1996).

A Política Nacional De Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), no capítulo IV indica os objetivos:

- O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:
- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 8).

Sob essa ótica, O Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, aponta que todos os alunos devem ter acesso e apoios necessários, através do atendimento educacional especializado (AEE) no contra turno que estes alunos frequentam a escola, cuja função é: “[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena

participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2011, p.10).

Definindo ainda os alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE), sendo alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2011).

A Lei N° 13.005 de 25 de junho de 2014, aprova o plano nacional da educação-PNE e dá outras providências. A meta 4 prevê ações para a educação especial buscando universalizar o atendimento educacional especializado para os alunos de 4 a 17 anos de idade, garantindo “sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (BRASIL, 2014).

A Lei da pessoa com deficiência de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Destaca-se o Capítulo IV sobre o direito a educação que em seu artigo 40º dispõe que:

É direito fundamental da pessoa com deficiência à educação, a fim de garantir que a mesma atinja e mantenha o nível adequado de aprendizagem, de acordo com suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p.9).

Afirmando ainda que é dever do estado, família e comunidade escolar e sociedade, assegurar uma educação de qualidade, bem como não permitir qualquer forma de discriminação (BRASIL, 2015).

Assim, a educação inclusiva exige que a escola desde a educação infantil até os níveis mais elevados de ensino adequem suas ações pedagógicas as necessidades e diversidades dos alunos atendendo as demandas de aprendizagem de todos os estudantes.

A resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e aponta que o professor de educação especial e o professor de classe comum devem realizar um trabalho colaborativo se assistindo mutuamente para promover práticas de inclusão escolar que favoreça a aprendizagem dos alunos (BRASIL, 2001)

Como apontado pela diretriz à colaboração entre professores da educação especial e sala regular tem ampliado a possibilidade de uma reflexão da prática pedagógica atendendo melhor as necessidades dos alunos com deficiência na sala comum, pois eles partilham a responsabilidade e planejam em parceria (RABELO, 2012).

Mendes (2008) aponta:

O poder das equipes colaborativas encontram-se na sua capacidade de fundir habilidades únicas de educadores talentosos, para promover sentimentos de interdependência positiva, desenvolver habilidades criativas de resolução de problemas, promover apoio mútuo e compartilhar responsabilidades (MENDES, 2008, p. 113)

Esse modelo de ensino é um processo que “emergiu como uma alternativa

aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, como um modo de apoiar a escolarização de estudantes com deficiência em classes comuns” (MENDES, ALMEIDA; TOYODA, 2011, p. 85).

Mendes (2006) define o ensino colaborativo como:

Um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes, sendo que esse modelo emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais, e especificamente para responder as demandas das práticas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (MENDES, 2006. p.32).

O ensino colaborativo permite diferentes formas de aprendizagem de maneira que o professor de sala comum juntamente com o professor da educação especial traçam propostas de adequação curricular, atentando para as possibilidades do estudante, planejando estratégias e elaborando recursos adequados para a promoção de sua aprendizagem (CAPELLINI e MENDES, 2007).

Diante do exposto nota-se a importância da articulação dos professores de sala comum especial garantindo ações pedagógicas que atendam às necessidades dos educandos, permitindo a inclusão escolar de todos os alunos no processo de ensino.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências ocorridas sobre o ensino colaborativo entre uma professora de educação infantil e uma professora de educação especial no auxílio de uma aluna com paralisia cerebral em uma escola municipal.

DESENVOLVIMENTO

As experiências que serão relatadas ocorreram em uma escola municipal do interior paulista, sendo essas informações provenientes de observações e anotações em diários de campo.

A professora de Educação Especial que buscou propor o ensino colaborativo tinha formação em Licenciatura em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos.

Para realização desta proposta, a educadora especial trabalhava duas vezes por semana das 08h00 as 12h00 com a professora da classe comum, sendo este trabalho realizado durante um semestre.

A sala de aula acompanhada pela educadora especial referia-se a Fase II da Educação infantil que era composta por uma professora regente, uma cuidadora e por 19 alunos, sendo 7 meninas e 12 meninos, com idade entre 4 e 5 anos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996, artigo 29, a educação infantil apresenta-se como primeira etapa da educação básica, que tem como objetivo “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social,

complementando a ação da família e da comunidade”.

Nesta sala de aula regular havia matriculada uma aluna com Paralisia Cerebral, que será identificada neste relato pela inicial de seu nome R., tendo em vista garantir sua identidade. A literatura define a paralisia cerebral como:

A Paralisia Cerebral é uma desordem do tônus, do movimento e da postura de caráter não-progressivo devido a uma lesão que afeta o cérebro imaturo e interfere na maturação do Sistema Nervoso Central. Esta lesão provoca uma debilitação na coordenação da ação muscular com resultante incapacidade da criança em manter posturas e realizar movimentos normais. (VIVONE et al., 2007, P. 504)

A aluna R., tinha 4 anos de idade, era agitada e dificilmente realizava as atividades da apostila, apresentava comprometimentos físicos (para andar), de coordenação motora fina, dificuldades na fala e de auto-cuidado. Apresentava pouca independência na realização das atividades, sendo essas realizadas por intermédio da cuidadora, que mesmo não sendo o seu papel de trabalho ajudava a aluna nas atividades escolares.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (BRASIL, 2008, P.12)

Deste modo nota-se que esta etapa de ensino se torna fundamental para o desenvolvimento de toda criança, sobretudo no que tange a criança PAEE. A educação infantil, segundo Bersch e Machado (2002, p.19) “possibilita que a criança com deficiência experimente aquilo que outros bebês e crianças da mesma idade estão vivenciando brincadeiras corporais, sensoriais, músicas, histórias, cores, formas, tempo e espaço e afeto”.

Os demais alunos da sala de aula eram participativos, realizavam as atividades propostas com pouco auxílio da professora. A professora regente tinha formação em Pedagogia (com especialização em educação infantil) e suas aulas geralmente seguiam uma rotina de brincadeiras, canções, atividades de vida diária e introdução a escrita de letras e numerais pelo sistema apostilado.

De acordo com a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, em seu artigo 8º, a proposta pedagógica na educação infantil deve ter por objetivo:

[...] garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009)

Tendo em vista que todo aluno tenha possibilidade da oportunidade da realização de um ensino efetivo, como também direito dos alunos PAEE, a professora

de educação especial buscou desenvolver um vínculo colaborativo com a professora regente, visando um trabalho que contribuísse com todo alunado.

Rabelo (2012) descreve o ensino colaborativo como uma proposta alternativa da Educação Especial, a qual o educador especial pode apoiar a escolarização dos alunos PAEE, juntamente com o professor de ensino comum.

Desta forma, a proposta do trabalho colaborativo foi apresentada para a professora regente no início do semestre, na qual se mostrou receptiva para a realização. No entanto, inicialmente ocorreu um pouco de apreensão entre ambas havendo poucos diálogos, mas ao longo dos dias, a situação foi se modificando e as atividades de parcerias tornaram-se mais descontraídas e de confiança mútua.

Segundo Mendes (2006) o ensino colaborativo é um processo adaptativo e, portanto, tal ação dependerá do envolvimento dos agentes educacionais, o que demanda verdadeiramente um relacionamento colaborativo.

Gately e Gately (2001) apontam que as fases identificadas no desenvolvimento do ensino colaborativo são: 1) Inicial: onde a comunicação é cautelosa; os professores criam limites e tentativas de estabelecer uma relação profissional entre si; 2) Comprometimento: quando a comunicação torna-se mais frequente e interativa, possibilitando que os professores construam o nível de confiança necessário para o ensino colaborativo; o educador especial tem papel mais ativo na sala de aula; 3) Colaborativo: os professores se comunicam e interage abertamente, um complementa o outro.

Para que a professora regente se adaptasse com o trabalho colaborativo, a professora de educação especial de início buscou contribuir nas atividades realizadas pela professora da sala, auxiliando a aluna PAEE e os demais alunos.

Observou-se que a presença da cuidadora influenciou negativamente o desenvolvimento do trabalho colaborativo entre as professoras, pois quando a cuidadora estava presente notava-se que a professora regente tinha um comportamento distanciado da professora de Educação Especial. Isto pode ser explicado pelo fato da cuidadora frequentar a sala de aula diariamente e manter um vínculo mais próximo com a professora regente.

Mesmo diante desta variável, durante o semestre a professora de educação especial buscou reforçar a proposta do ensino colaborativo, e a importância de se trabalhar atividades que contemplassem o aprendizado da aluna PAEE, visando a sua autonomia e independência.

Assim, aos poucos as professoras foram estabelecendo um vínculo colaborativo, e começaram a planejar atividades que contemplassem todo alunado da sala de aula. O planejamento das atividades era realizado com uma semana de antecedência da aplicação, e as atividades eram desenvolvidas em colaboração de ambas as professoras.

Dentre as propostas de atividades, a professora regente e a professora de Educação Especial planejaram atividades de leituras de histórias que visavam

estimular a fala da aluna R. e dos demais, abordando temas para discussões e reflexões, como também, trabalhar o imaginativo e a criatividade dos mesmos. Para realização dessas atividades, as professoras conversavam sobre as histórias com os alunos, lembravam os personagens e propunha atividades, como massa de modelar, pinturas, recortar e colar desenhos relativos às leituras e brincadeiras (telefone sem fio; brincadeiras de rodas).

A aluna R. participou de todas as atividades demonstrando-se feliz ao realizá-las, sorrindo, se mexendo, tentando falar algumas palavras, manipulando as atividades (massa de modelar; lápis de cor), assim como os demais alunos, que se demonstraram participativos na realização das atividades propostas.

Outro tipo de atividade proposta em colaboração entre as professoras se referia a relação entre números e quantidades. As professoras com o propósito de contribuir com a apropriação do conteúdo planejaram trabalhar a atividade com o uso de material concreto (EVA). Para realizar essa atividade foram utilizadas foto cópias que continham os numerais 1, 2 e 3 no sentido horizontal e na frente dos numerais havia um desenho de um retângulo, onde os alunos deveriam colar a quantidade correta de pedaços de EVAs referente aos numerais apresentados. Somente se houvesse necessidade, a professora regente e a de educação especial auxiliavam os alunos.

Os alunos demonstraram engajamento na atividade, e poucos necessitaram de ajuda, sendo esta referida à colagem da quantidade dos EVAs. A aluna R. realizou a atividade com auxílio da professora regente, demonstrando compreender a atividade a ser realizada.

Durante a aplicação das atividades propostas em colaboração, foi possível observar que a professora regente buscou se relacionar com a aluna R, assim como, verificou-se que a aluna apresentou maior independência nas atividades, pois estas eram realizadas oralmente, ludicamente e por materiais concretos. Para Bersch e Machado (2002):

[...] a criança pequena com deficiência também necessita experimentar, movimentar-se e deslocar-se (mesmo do seu jeito diferente); necessita tocar, perceber e comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade. (BERSCH; MACHADO, 2002, P. 19)

Assim, as atividades realizadas em colaboração foram significativas para o aprendizado de todos os alunos da Fase II, no qual foram trabalhados as habilidades e conteúdos estabelecidos por essa etapa da educação, sendo fundamental para o desenvolvimento da aluna PAEE.

Nesta experiência em uma sala de aula na Fase II do Ensino Infantil verificaram-se alguns limites e dificuldades de se construir a ação colaborativa, que demanda tempo e envolvimento dos profissionais, como também, a importância da realização de práticas educativas que contribuam para a escolarização de alunos PAEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste relato foi mostrar o desenvolvimento de um trabalho colaborativo de duas professoras: uma regente de classe e uma de educação especial, envolvidas com a inclusão escolar de alunos com PAEE da educação infantil.

O relato demonstrou que assim como abordado pela literatura a efetivação do ensino colaborativo se faz de forma adaptativa, que dependerá do envolvimento dos profissionais de ensino.

Perante as observações, participações e intervenções colaborativas, pode-se observar dificuldades, limites e potencialidades que ocorrem no ambiente educativo frente uma sala inclusiva.

Observou-se que o desenvolvimento das atividades em colaboração pôde contribuir com o aprendizado da aluna PAEE e demais alunos, evidenciando-se assim, a importância de práticas educativas inclusivas que contribuam para todo alunado.

Desta forma, verificou-se que ensino colaborativo se torna uma proposta potencial para garantia do desenvolvimento global do aluno PAEE no ensino regular, visto que, o processo de inclusão não se dá apenas ao acesso do aluno, mas sim por ações e práticas que considere suas especificidades e suas necessidades educacionais.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R.; MACHADO, R. Conhecendo o aluno com deficiência física. In: SCHIRMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. **Atendimento educacional especializado: Deficiência física**. SEESP/SEED/MEC. Brasília, 2007. p.15-24.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União n. 248, de 23/12/96 – Seção I, p. 27833. Brasília, 1996. Acesso em 10 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Acesso em 10 de julho de 2019. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Acesso em 10 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Acesso em: 10 de julho de 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado, e dá outras providências. Acesso em: 10 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2011/Decreto/D7611.htm>.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, Institui a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência. Diário Oficial da União: Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF: 2015. Acesso em: 10 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2015/Lei/L13146.htm>.

_____. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014**, aprova o Plano Nacional da Educação- PNE, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF. Acesso em: 10 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. **O ensino colaborativo Favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar**. Educere et educare - Revista de Educação. UNIOESTE/ Campus Cascavel. v. 2. n.4 jul/dez, 2007, p. 113-128.

GATELY JR, S. E.; GATELY, F. J. Understanding co teaching components. **The Council for Exceptional Children**, 33(4), p. 40-47, 2001.

MENDES, E. G. Caminhos da pesquisa sobre formação de professores para a inclusão escolar. In M. A. Almeida, E. G. Mendes; M. C. P. I. Hayashi (Org.). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006. p. 29-41.

MENDES, E. G., ALMEIDA, M. A., TOYODA, C. Y. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular**. Curitiba, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011.

RABELO, L. C. C. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. Dissertação de Mestrado. UFSCar, 2012.

VIVONE, G. P. et al. Análise da consistência alimentar e tempo de deglutição em crianças com paralisia cerebral tetraplégica espástica. **Revista CEFAC**, v. 9, n.4, p.504-511, 2007.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant’Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Altas habilidades 39, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 135, 136, 146, 151, 154, 155, 207

Autismo 1, 3, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41

B

Biblioteca inclusiva 61, 62, 63, 64, 66, 67, 113, 116

Biscuit 93, 94, 95, 97

C

Crianças autistas 14, 16, 21, 24, 29, 31, 38

Cultura Popular 1, 4, 5, 7, 8, 12

D

Deficiência visual 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 166, 175

Deficientes auditivos 61, 62

Democratização 143, 144

Desenvolvimento Infantil 1, 23

Design 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 175, 209

Design Universal para a Aprendizagem 163, 164, 165, 166, 167

Dinâmica pedagógica 163

E

Educação básica 12, 22, 26, 32, 47, 57, 127, 134, 137, 155, 174, 188, 215

Educação de Surdos 42, 44, 49, 53, 58, 59, 60, 129, 132, 176, 177, 179, 180, 182, 185, 187, 188, 199, 205, 206

Educação Especial 1, 12, 16, 19, 20, 21, 26, 30, 31, 33, 36, 41, 42, 44, 51, 52, 62, 74, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 90, 92, 93, 94, 109, 110, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 152, 155, 156, 162, 169, 174, 188, 200, 206, 217, 218, 221, 227, 228, 235

Educação Inclusiva 1, 4, 12, 13, 15, 18, 20, 21, 24, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44, 51, 57, 62, 70, 75, 78, 80, 83, 90, 92, 94, 113, 124, 125, 126, 127, 131, 135, 136, 138, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 154, 156, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 171, 174, 175, 203, 205, 206, 207, 216, 217, 221, 222, 227, 228, 229, 231, 232, 235

Educação Infantil 21, 25, 51, 52, 54, 79, 106, 108, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 141

Ensino 1, 4, 5, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35,

36, 37, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 236

Ensino alternativo 93

Ensino-Aprendizagem de Inglês como LE 176

Ensino de línguas 182, 187, 188, 190

Estratégias de Ensino 16, 151, 176, 178, 179, 187, 194

H

Habilidades intelectuais 14, 16

História 5, 8, 9, 10, 11, 12, 28, 29, 53, 54, 56, 59, 60, 74, 82, 113, 114, 115, 124, 125, 126, 132, 146, 147, 161, 162, 178, 195, 196, 200, 201, 220, 222

I

Inclusão escolar 12, 14, 16, 22, 32, 33, 39, 60, 70, 75, 123, 125, 126, 129, 131, 135, 136, 137, 141, 142, 144, 145, 151, 155, 157, 162, 189, 200, 201, 203, 218, 235

Inclusão social 54, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 118, 128, 153, 186, 198

L

Letramento de surdos 190, 193

LIBRAS 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 67, 119, 124, 125, 126, 129, 132, 183, 187, 188, 190, 192, 193, 217, 218

M

Material Didático 95, 96, 97, 98, 102, 176, 185, 187

N

Norbert Elias 42, 43, 45

P

Prática docente 17, 32, 34, 35, 40, 78

Produção de materiais 93, 98

Professor especializado 14, 16, 21, 156

Psicologia Educacional 1

Psicólogo Escolar Educacional 69, 70

R

Relato de Experiência 3, 11, 99, 134, 220, 222, 223, 225

S

Sociedade 2, 5, 6, 12, 17, 19, 24, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 53, 54, 55, 57, 59, 62, 63, 65, 68, 72, 74, 82, 83, 88, 94, 112, 113, 114, 118, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 156, 161, 162, 164, 171, 172, 187, 190, 192, 193, 198, 199, 207, 215, 221, 227, 228

Soroban 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

Superdotação 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 135, 136

Surdos 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 146, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

T

Trabalho Colaborativo 134, 136, 139, 231, 233, 234, 235

Tradutor Intérprete de Libras 42

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-724-6



9 788572 477246